



---

REGISTO N.º 694/2023  
LOCAL Sede da CIM do  
Médio Tejo  
DATA 02.02.2023  
INÍCIO 09:30  
TERMO 13:00

---

**1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO**

Ata n.º 01/2023

**Presenças:**

**Presidente** Anabela Gaspar de Freitas  
**Vice-Presidente** Manuel Jorge S. Luz Valamatós dos Reis  
**Vice-Presidente** Vasco António Mendonça S. Estrela

**Presidentes Câmaras Municipais:**

**Alcanena** Rui Fernando Anastácio Henriques  
**Constância** Sérgio Miguel Santos P. de Oliveira  
**Ferreira do Zêzere** Bruno José da Graça Gomes  
**Ourém** Luís Miguel G. C. de Albuquerque  
**Sardoal** António Miguel Cabedal Borges  
**Sertã** Carlos Alberto de Miranda  
**Torres Novas** Pedro Paulo Ramos Ferreira  
**Vila de Rei** Ricardo Jorge Martins Aires

**Outras Presenças:**

**Secretário Executivo** Miguel Pombeiro  
**Secretário Intermunicipal** Jorge Simões  
**Entroncamento** Vice-Presidente Ilda Joaquim e Isabel Ferreira  
**CIM do Médio Tejo** Rita Trindade  
**CIM Médio Tejo** Carla Grácio  
**CIM Médio Tejo** Ana Esteves

### 09H30

A reunião contou com a presença do autarca de Vila de Rei que tomou conhecimento do que foi apresentado sem qualquer tomada de decisão neste âmbito.

## ORDEM DE TRABALHOS

### Ponto 1 – Informações

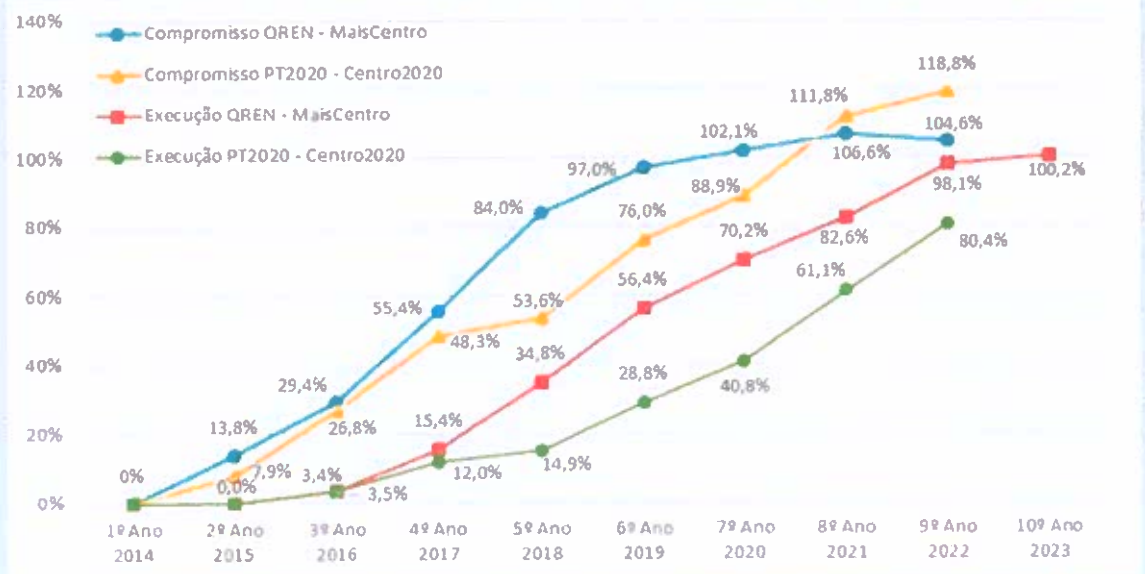
A presidente da CCDRC, Isabel Damasceno deu início à reunião referindo a CIM do Médio Tejo como uma CIM acima da média, em relação a outras. Com uma forma de trabalhar e uma execução boas.

### Ponto 2 – Ponto de situação do Centro 2020

A presidente da CCDRC, Isabel Damasceno começou por referir as metas de execução para 2023:

- 100% - taxa de execução para 31-12-2023;
- 19,6 p.p. – acréscimo de execução em 2023
- 1,6 p.p. – acréscimo de execução/mês em 2023;
- 2.155 milhões de euros de fundo executado em 31-12-2023;
- 422,5 milhões de euros de fundo a executar em 2023;
- 35,2 milhões de euros/mês a executar em 2023.

Partilhou com todos os presentes a taxa de compromisso e a taxa de execução:



Por outro lado, e no que diz respeito ao investimento municipal por NUTS III (até

31/12/2022) deu conta de 69,1% referente a execução municipal e 76% de execução no que diz respeito ao Médio Tejo.

No Pacto os municípios tiveram uma execução de 68% sendo que no Médio Tejo a execução é de 71%.

Apresentou de igual modo no que diz respeito à taxa de execução de 76%, o que está por executar diz respeito ao investimento municipal.

Alertou para a importância de não se deixar esta execução para dezembro, reafirmando que deverá haver aqui alguma flexibilidade.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento do ponto de situação apresentado, devendo agora proceder ao trabalho necessário de modo à execução dos vários projetos.

### **Ponto 3 – Apresentação do Programa Regional Centro 2030**

A presidente da CCDRC, Isabel Damasceno, começou por referir que o programa foi construído com base numa estratégia regional, e que a região se propõe enfrentar e responder a múltiplos constrangimentos e desafios estruturais.

Todos sabemos que o declínio demográfico é uma realidade, que há um défice crónico de qualificações, condições organizacionais, de recursos e de conhecimento penalizadoras de inovação, incongruências de governação multinível. Por outro lado, desafios imensos:

- Promoção de qualificações e competências;
- Conversão das dinâmicas de investigação e desenvolvimento e inovação em competitividade, rendimento e emprego sustentável, sendo ainda indutoras de equilíbrio territorial;
- Progressão nas cadeias de valor induzida pela RIS3;
- Atração de iniciativas, jovens e investimento aos territórios interiores e promoção de sistemas produtivos sustentáveis;
- Criação de respostas para novos problemas sociais e organização da rede territorial de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral;

Ação para a emergência climática e valorização da economia circular.

Por outro lado, o ambiente que nos rodeia tem sido muito complicado, uma incerteza na construção face aos anteriores ciclos de programação 2007/2013 e 2014/2020: os impactos da COVID 19; a Guerra na Europa; a desorganização das cadeias de fornecimento face a uma estratégia estabilizada, a falta de matérias primas e a escalada de preços.

Neste sentido temos um processo que prevê, o alinhamento com a RIS3; autonomia das regiões para definir as suas prioridades; alinhamento com a construção das estratégias sub-regionais; construção do Plano Territorial para uma Transição Justa envolvendo atores locais, sub-regionais e setoriais e consulta pública da avaliação ambiental.

Como prioridades europeias:

- Transição digital | abordar os desafios tecnológicos e sociais associados à transição digital;
- Transição Climática | alcançar a neutralidade carbónica em 2040.

O programa tem então um desenho, o Portugal 2030 materializa o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, que estabelece os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos fundos europeus no país para o período 2021-2027.

Portugal, irá receber assim no total 23 Mil M€ que serão distribuídos por 5 fundos europeus:



O Acordo de Parceria assenta em 5 prioridades europeias, no fundo numa Europa mais "arrumada":

1. Uma Europa mais inteligente;
2. Uma Europa mais verde;
3. Uma Europa mais conectada;
4. Uma Europa mais social;
5. Uma Europa mais próxima dos Cidadãos.

O nosso programa está alinhado com os objetivos europeus e tem praticamente um valor igual ao do PT 2020, 2.172M€.

A distribuição foi feita da seguinte forma:

Plano Territorial para uma Transição Justa no Médio Tejo com 65M€ / 3% da fatia do bolo.

#### **OP1 – Centro Mais Competitivo;**

629M€ / 29% da fatia do bolo.

O OP1 apoia os investimentos na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

Os beneficiários são empresas; entidades do sistema científico e tecnológico, associações empresariais e municípios e CIM.

A incluir nos Pactos:

- Digitalização dos serviços da Administração Pública local e regional e instalação de Espaços do cidadão nas freguesias (a contratualizar com as CIM)
- Sistemas de incentivos de base territorial e infraestruturas de acolhimento empresarial (a contratualizar com as CIM);
- Dinamização de ecossistemas de inovação (a contratualizar com as CIM) – aqui, a ideia é procurar agregar as entidades do sistema científico tecnológicos; trabalhar em conjunto para identificação de projetos diferenciadores.

#### **OP2 – Centro Mais Verde;**

663 M€ / 31% da fatia do bolo

O OP2 apoia os investimentos na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas.

Os beneficiários são municípios, CIM, serviços municipalizados de proteção civil, entidades gestoras de sistemas municipais e multimunicipais de abastecimento de água e de sistemas de gestão de resíduos, concessionários de serviço de transporte público, associações humanitárias de bombeiros, empresas.

A incluir nos Pactos:

- Eficiência energética na Administração Pública regional e local (a contratualizar com as CIM)
- Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável (a contratualizar com as CIM)
- Meios materiais para a proteção civil (a contratualizar com as CIM)
- Ciclo urbano da água (sistemas em baixa (a contratualizar com as CIM)
- Gestão de resíduos (subinvestimentos em m baixa (a contratualizar com as CIM)
- Corredores verdes em contexto urbano (a contratualizar com as CIM) – pode ser complementar, em alguns casos à regeneração urbana.
- Mobilidade urbana sustentável

#### **OP3 – Centro mais conectado**

105 M€ / 5% da fatia do bolo

O OP3 apoia investimentos na ferrovia nas seguintes linhas:

- Modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Louriçal, da Linha do Oeste;
- Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga.

Os beneficiários são as Infraestruturas de Portugal, IP

#### **OP4 – Centro Mais Social e Inclusivo (inclui assistência técnica)**

310 M€ / 14% da fatia do bolo

Mobiliza-se FEDER e FSE

A incluir nos Pactos:

- Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego) (a contratualizar com as CIM) | FSE
- Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo (a contratualizar com as CIM)

Os beneficiários são municípios, CIM, hospitais, Universidades e Institutos Politécnicos, entidades públicas e privadas que atuam nas áreas do turismo, património e cultura, microempresas e PME, entidades da economia social, pessoas desempregadas que pretendam criar o seu próprio emprego.

#### **OP5 – Centro Mais Próximo**

400M€ / 18% da fatia do bolo

O OP5 apoia a implementação das estratégias de desenvolvimento a nível local e sub-regional, promotoras de coesão social e territorial, centradas no desenvolvimento urbano sustentável e nas necessidades das pessoas, respondendo aos desafios próprios dos territórios, como os económicos, de mobilidade, sociais e ambientais.

Os instrumentos territoriais são:

OE 5.1 – ITI CIM + ITI Redes Urbanas

OE 5.2 – Intervenção Integrada de Base Territorial da região do Oeste e Vale do Tejo + Provere + Parcerias para a Coesão não urbanas.

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento do ponto de situação apresentado tendo tido a oportunidade de esclarecer as suas dúvidas.

### **Ponto 4 – Contratualização – ITI CIM MT**

A presidente da CCDRC deu conta que não houve uma total liberdade para a programação financeira, algumas condicionantes:

- Ringfencing FEDER: 40% no OP1 + 30% no OP2 (apurado a nível nacional)
- Contributo direto para os objetivos climáticos, através de mecanismos que garantam o cumprimento das normas e prioridades da União em matéria de clima e ambiente nas infraestruturas apoiadas

Tagging climático:

30% do FEDER

- DNSH constitui um princípio horizontal do desenvolvimento sustentável
- OP5 (FEDER)

Por outro lado, comentou de igual modo algumas das lógicas de construção da ITI:

- Limites por Objetivo Específico
- Projetos transversais: sucesso educativo, modernização administrativa, produtos turísticos integrados, proteção civil, ecossistema de inovação, ...
- Definição de projetos: alinhamento com prioridades sectoriais;
- Transição de projetos: prever dotação;
- Maturidade dos projetos;
- Dotação educação.

Terminou referindo alguns dos processos de negociação da ITI CIM:

- Elaboração de plano de ação ITI CIM – junho
- Estabilização da dotação das ITI CIM – 1.º trimestre
- Abertura de avisos de concurso – 2.º trimestre
- Reforço das estruturas de gestão – 2.º/3.º trimestre;
- Reprogramação até setembro 2023

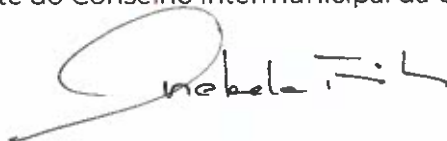
A dotação indicativa em linha com a evolução da dotação CIM (+ 137%) – tendo por base o valor aprovado no Pacto a 31/12/2023. Estas contas foram feitas tendo em consideração os municípios de Sertã e Vila de Rei. Neste sentido, Isabel Damasceno, deixou bem claro que caso tudo se altere (com a saída efetiva de Sertã e Vila de Rei) as contas serão reavaliadas, ou seja, será efetuado o mesmo método conforme previsto no pacto mantendo os 137%.

Por fim, o Fundo de Transição Justa que foi indicado como um plano apresenta um conjunto de medidas reativas que procuram mitigar os efeitos do encerramento da central termoelétrica a carvão do Pego, apoiando a dinamização e diversificação económica e os trabalhadores afetados pelo encerramento.

Tem como tipologias de apoio:

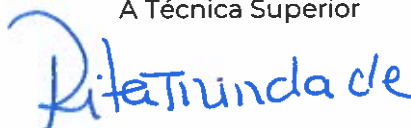
- Requalificação e formação dos trabalhadores e apoios à procura/criação do próprio emprego;
- Apoio ao investimento produtivo das empresas e projetos de empreendedorismo de base local;
- Apoio à investigação industrial e desenvolvimento experimental de produtos, processos ou sistemas.

A Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo



Anabela Gaspar de Freitas

A Técnica Superior



Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade